

Ambiente favorável para uma renegociação flexível

A rigor, não se poderia dizer que a nova rodada de renegociação da dívida brasileira terá início no próximo dia 25, sexta-feira, quando deverão encontrar-se com o comitê dos bancos credores o presidente do Banco Central (BC), Fernando Milliet, e o assessor especial para assuntos relacionados à dívida, Fernão Bracher. As negociações começaram, de fato, com a viagem do ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, no início deste mês aos Estados Unidos, onde manteve contato com as autoridades americanas. Como bem se recorda, a proposta levada por Bresser Pereira de "securitização" ampla da dívida foi rechaçada pelo secretário do Tesouro, James Baker III, o que levou a um recuo da posição brasileira.

Mas, como afirmamos em nota anterior, a viagem exploratória do ministro plantou algumas sementes e prova disso foi a recente visita ao Brasil, no último fim de semana, de um importante executivo do Citicorp, que aqui veio, segundo o noticiário, "apenas para trocar algumas idéias" com o governo brasileiro.

Tenha ou não o representante do Citicorp sido portador de uma proposta, o fato é que sua visita é uma demonstração de que o maior credor privado do Brasil prefere evitar que as negociações evoluam para um impasse, prolongando-se indefinidamente a moratória decretada pelo governo brasileiro em 20 de fevereiro deste ano. E evidente a preocupação dos grandes bancos americanos de que os títulos representativos da dívida externa brasileira venham a merecer a classificação, no próximo mês de outubro, de "value impaired" (valor deteriorado), o que lhes acarretaria prejuízos adicionais.

Está claro também que, de sua parte, o governo brasileiro não está interessado em uma confrontação com os credores privados. Embora oficialmente o ministro Bresser Pereira não deva participar diretamente da negociação com os bancos internacionais, já que estará absorvido pela reunião com os ministros da Economia da Argentina, Juan Sourrouille, e das Finanças do México, Gustavo Petricioli, e, em seguida, com a realização da assembléia

conjunta do Fundo Monetário Internacional (FMI)/Banco Mundial, ele estará bastante próximo para acompanhar, passo a passo, a negociação a cargo de Milliet e Bracher.

São circunstâncias que favorecem o que se tem chamado de "negociação flexível". O governo brasileiro não tem uma proposta pronta e acabada para levar aos credores, que deveria ser ou não aceita em bloco. Apenas, como ressaltou o ministro, na exposição que fez à Comissão de Dívida Externa do Senado, foram firmados alguns princípios dos quais os nossos negociadores não se afastarão. O Brasil, por exemplo, não insiste mais em obter refinanciamento dos juros com "spread" zero, como propôs Bresser Pereira em seu encontro com as autoridades monetárias americanas. Mas, de qualquer forma, o governo brasileiro finca pé em pagar uma taxa de risco diminuta, tendo como limite a taxa de 0,875% acima da Libor, que prevaleceu nas negociações com México e Argentina.

O País também poderá propor uma renegociação em dois planos, que pode compreender, de

um lado, a adoção de "exit bonus" para os pequenos bancos, apropriando-se o governo de uma parte do deságio com que os títulos da dívida nacional são negociados no mercado secundário, e, de outro, uma renegociação pulverizada, se necessário, com os grandes bancos internacionais. Neste último caso, os representantes brasileiros procurarão aglutinar novos empréstimos no valor de US\$ 7,2 bilhões, para cobrir as necessidades do balanço de pagamentos em 1987-88, e não admitirão uma renegociação das parcelas do principal a não ser a longo prazo.

Quanto à questão de o Brasil fechar um acordo "definitivo" ou não, tudo vai depender de como se encaminhem as negociações. Se prevalecer um clima de boa vontade, não é inviável um acordo provisório ou preliminar mediante um pagamento simbólico de uma parcela dos juros em atraso. Afinal, com o nível de reservas cambiais de que o País dispõe hoje, isso não comprometerá a meta de manter a economia em crescimento, que é o ponto fundamental das negociações.